



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTEPAULISTA

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 02 DE AGOSTO DE 2024.

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO ANUAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

A Assembleia Geral aprovou em 08 de agosto de 2024, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º. Estima-se as receitas e fixa as despesas do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP para o **exercício financeiro de 2024 em R\$ 137.000.000,00 (Cento e trinta e sete milhões de reais)**.

Art. 2º As receitas serão realizadas mediante arrecadação das rubricas previstas na legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento (em R\$):

RECEITAS CORRENTES.....R\$ 137.000.000,00

Receita de Contribuição.....R\$	0,00
Receita Patrimonial..... R\$	3.000.000,00
Receita de Serviços.....R\$	766.970,88
Transferência Correntes.....R\$	133.226.198,04
Outras Receitas Correntes.....R\$	6.831,08

RECEITA DE CAPITAL.....R\$ 0,00

Transferência de Capital.....R\$	0,00
----------------------------------	------

TOTAL DAS RECEITAS.....R\$ 137.000.000,00

Art. 3º – As receitas serão aplicadas de acordo com o seguinte desdobramento (em R\$):

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES.....R\$ 136.099.087,86

Pessoal e Encargos Sociais.....R\$	49.191.338,48
Outras Despesas Correntes.....R\$	86.907.749,38

DESPESAS DE CAPITAL.....R\$ 186.800,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTEPAULISTA

Investimentos.....R\$ 186,800,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA.....R\$ 714.112,14

Reserva de Contigência.....R\$ 714.112,14

TOTAL DAS DESPESAS.....R\$ 137.000.000,00

Art. 4º – Os quadros dos detalhamentos das receitas e despesas, exigidos pela Lei Federal 4.320/64, são parte integrantes deste projeto de resolução.

Art. 5º – Nos termos dos artigos 7º, 42 e 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Presidente do Ciop autorizado:

- I. a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total geral da despesa fixada por anulação,
- II. Realizar abertura de créditos adicionais suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei Federal 4.320/64;
- III. Realizar abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência no exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64;

Parágrafo 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 6º As dotações para custear despesas com pessoal e encargos sociais, atribuídas aos órgãos de administração serão movimentadas e redistribuídas mediante Créditos Adicionais Suplementares até o limite dessas despesas, não computando estes para efeito do limite fixado no artigo anterior.

Art. 7º – Esta resolução entrará em 01 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Prudente, 02 de agosto de 2024.

ROGER FERNANDES GASQUES
PRESIDENTE DO CIOP